



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

No endorsement of AgEcon Search or its fundraising activities by the author(s) of the following work or their employer(s) is intended or implied.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



**ADOÇÃO DE NOVOS PARADIGMAS NA ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE
EMPREENHIMENTOS SOLIDÁRIOS: UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO
PRODUTIVO DO AÇAÍ ATRAVÉS DAS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS
NO TERRITÓRIO RURAL DO BAIXO TOCANTINS – PARÁ – BRASIL**

**LUCIA CRISTINA ANDRADE; ROSELENE SOUZA PORTELA; EUZALINA
SILVA FERRÃO; ARMANDO LIRIO SOUZA; ADEBARO ALVES REIS;**

UFPA-ICSA-PITCPES/NAEA

BELÉM - PA - BRASIL

armandolirio@yahoo.com.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Agricultura Familiar e Ruralidade

**Adoção de Novos Paradigmas na Organização e Gestão de Empreendimentos
Solidários: um estudo sobre o processo produtivo do açaí através das associações e
cooperativas no Território Rural do Baixo Tocantins – Pará – Brasil**

Grupo de Pesquisa 7 : Agricultura Familiar e Ruralidade

Resumo

As transformações no mundo do trabalho vividas, desde o final da década de 60, pelos países capitalistas e os impactos daí resultantes sobre a reestruturação do sistema produtivo têm definido novas práticas produtivas, que precarizam as relações de trabalho, favorecem o desemprego, baixos salários e exigem novas e melhores qualificações dos trabalhadores. Nesse contexto, estes se vêem diante de um novo padrão de acumulação capitalista, no qual valores como a competitividade e o individualismo são reivindicados. Isto leva à necessidade de uma organização dos trabalhadores em outras bases produtivas e gestão pautada na cooperação e no desenvolvimento de ações que gerem alternativas de trabalho e renda. É neste cenário que surge a Economia Solidária, baseada na autogestão e na democracia participativa. Objetiva-se, a partir das relações sociais coletivas, vincular as diversas concepções e saberes da sociedade, por meio do mecanismo de apoio mútuo e princípios da solidariedade, no que se refere tanto aos aspectos econômicos como sociais e



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



ambientais. Assim, buscou-se uma reflexão da organização e gestão de empreendimentos solidários nos municípios de Abaetetuba, Barcarena, Cametá e Igarapé-Miri, no Território Rural do Baixo Tocantins - Pará, nos quais se desenvolvem formas coletivas de produção do açaí (*Euterpe oleracea* Mart), procurando alternativas de comercialização da produção, no intuito de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população local, disseminando o pretendido Desenvolvimento Sustentável.

Palavras-Chaves: Trabalho, cooperativismo, economia solidária, capital social, empreendimentos solidários.

Abstract

The transformations in the world of the work lived then from the end of the years 1960 by the capitalist countries and the impacts resultants about the restructuring of the productive system have been defining new productive practices, that deteriorated the work relationships, favor the unemployment, low wages and they demand the workers new and better qualifications. In that context, these they see each other before a new pattern of capitalist accumulation, in which you value as the competitiveness and the individualism are demanded. This takes to the need of an organization of the workers in other productive bases and administration ruled in the cooperation and in the development of actions that you/they generate work alternatives and income. It is in this scenery that the solidary economy appears, based on the self-management and in the democracy participative, it seeks, starting from the collective social relationships, to link the several conceptions and you know about the society, implementing mechanisms of mutual support and beginnings of the solidarity, in what refers so much to the economical aspects as social and environmental. Like this, it was looked for to study the organization and administration of solidary enterprises in the municipal districts of Abaetetuba, Barcarena, Cametá and Igarapé-Miri, in the Area of Baixo Tocantins - Pará, us which your develop collective forms of production of the açaí, seeking alternatives of commercialization of the production, in the intention of contributing for



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



the improvement of the quality of life of the local population, disseminating what would be the Maintainable Development.

Key Words: Work, cooperativismo, solidary economy, social capital, enterprises solidary,

1. Introdução

As transformações ocorridas no mundo do trabalho, especificamente na década de 1990, tiveram substanciais impactos na estrutura do emprego formal e nas relações de trabalho no Brasil. Na Amazônia, particularmente no Estado do Pará, esses impactos repercutiram nas áreas dos grandes projetos – metalurgia, siderurgia e extração mineral. Mas, na Amazônia, a agricultura familiar e, principalmente, o padrão agroextrativista¹ das populações tradicionais da região, teve na criação de reservas, uma forma de resistência. Exemplar, neste sentido, através do aproveitamento racional e sustentável de reprodução são as experiências existentes – no Amapá e no Acre com a Castanha do Pará (*Bertholletia excelsa* H.B.K. Mart.) e o látex da seringueira (*Hevea Brasiliensis*). Estas populações extrativistas organizaram-se em trabalho coletivo nas suas respectivas comunidades, como meio de sobrevivência ao modelo capitalista hegemônico, o que veio estimular a mobilização e organização destes agricultores em associações e cooperativas.

É neste cenário que a economia solidária, baseada na autogestão, buscando a geração de trabalho e renda e melhoria de vida, portanto, inclusão social, emerge como alternativa para acesso ao trabalho e renda de grande parte da população normalmente excluída do trabalho formal.

A intensificação dos impactos sócio-ambientais no Estado do Pará, a partir da década de 1970, com a implantação dos “grandes projetos”, envolve dentre outros desdobramentos, de acordo com Simonian (2004, p.33), [...] *a velocidade de ocupação do espaço e deslocamentos forçados, o aproveitamento dos recursos naturais disponíveis e/ou sua má gestão e, muitas vezes, a degradação do espaço e de seus recursos*. Mas independentemente dos recursos naturais que se constituem em *commodities* no mercado internacional, a Amazônia oferece muitas possibilidades de utilização de seus recursos transformados em produtos seja para a indústria farmacêutica, seja na indústria alimentícia, não só pela produção de grãos, como é o caso recente do plantio e produção da soja na região do Tapajós, mas também através de produtos oriundos da agricultura familiar, como pretende-se abordar no presente artigo o estudo com o fruto do açaizeiro (*Euterpe Oleracea* Mart).

¹ O extrativismo tem sido parte integrante das atividades econômicas desenvolvidas na região e, para muitos, representa a base da economia local. São muitas as atividades extrativistas desenvolvidas, como: pesca, caça de animais terrestres, extração de produtos madeiráveis e não madeiráveis como a madeira, o látex, o açaí, cipós, talas de palmáceas, etc. As tecnologias respectivas são as tradicionais, ou seja, produzidas ou adaptadas localmente e passadas de geração em geração (SIMONIAN, 2004).



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



O açaí, importante recurso natural do estuário, destacado cultural e economicamente para a população ribeirinha da região, tanto pelo consumo quanto pela fonte de renda que representa para a mesma, após a descoberta e divulgação de seu valor nutritivo-energético pela camada consumidora e pesquisadores, têm sido responsável pelo aumento da produção e, conseqüentemente, pelo crescimento das exportações para outros estados brasileiros e mesmo para o exterior.

Devido a sua importância cultural, o açaí transformou-se, através de lei (PARÁ, 2001), na bebida e fruta símbolo do estado do Pará e, agora passa a ser priorizado como produto econômico, capaz de gerar renda para a população local e divisas para o país. Segundo Jardim e Rogez (2004), esse recurso é economicamente viável e pode promover a conservação enquanto recurso natural, eficiência produtiva e a equidade social. Seu padrão produtivo está sendo alterado, pois o mesmo vem deixando de ser apenas extrativo para ser cultivado, dado a grande procura no comércio externo à região.

Isso vem ocorrendo a partir da polpa congelada e, mais recentemente, pela exportação sob a forma desidratada (pó) e sucos pasteurizados, processo que apresenta tendências de crescimento desses mercados e vem influenciando os produtores do Território Rural do Baixo Tocantins¹, mais precisamente dos municípios de Cametá, Igarapé-Miri, Abaetetuba e Barcarena que, neste processo, representam os fornecedores da matéria-prima para as empresas beneficiadoras do produto que alcançaram o mercado internacional consumidor.

A região é historicamente uma grande produtora e consumidora de açaí, tendo a cidade de Igarapé-Miri conquistado o dístico de “Capital Mundial do Açaí”. Ressalte-se que a produção desta região é reconhecidamente de alta qualidade, seja no rendimento, na produção e no sabor da fruta.

Os principais produtos ou grupo de produtos gerados pela atividade da fruticultura no Território Rural do Baixo Tocantins, no estado do Pará, são polpas de frutas, como: cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), maracujá (*Passiflora edulis* S.), taperebá (*Spondias monbin* L), abacaxi (*Ananas comosus*) e açaí *in natura*, sendo este último o de maior importância econômica e de maior quantidade de produção. O fruto é sazonal, tendo sua época de safra nos meses de agosto a dezembro.

Destaca-se em recente estudo voltado ao açaí (ANDRADE, 2004), o Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Norte (FNO)², através do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF)³, por sua vez, administrado pelo Banco da Amazônia

¹ Em 2007, a Secretária de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário instalou o Território Rural do Baixo Tocantins composto de 9 municípios e uma população de aproximadamente 470.069 habitantes (MDA, 2008).

² A partir da pressão e da organização dos trabalhadores rurais, em 1989 foram criados os fundos constitucionais: o FNO – Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Norte; FNE - Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste e FCO - Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Centro Oeste para possibilitarem o surgimento de programas de financiamentos de segmentos de pequena produção agrícola das regiões consideradas menos favorecidas do país.

³ Este se propõe a “...promover o desenvolvimento do meio rural por intermédio de ações destinadas a implementar o aumento da capacidade produtiva, a manutenção e geração de empregos e a elevação da renda, visando a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania pelos agricultores familiares” SAF/MDA”. Posteriormente, um novo programa veio para atender as atividades exploradas mediante o

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

(BASA), como o instrumento econômico financeiro à disposição dos produtores de açaí do estuário. Verificou-se ainda, que as políticas públicas demonstravam-se incipientes e que a falta de estrutura da região (energia elétrica e vias de transportes) para escoamento da produção ainda é um sério embargo, bem como a falta de uma mais apropriada assistência técnica⁴, que estimule os produtores e garantam sua sustentabilidade econômica e social.

No presente artigo, pretende-se abordar a produção do fruto do açaizeiro proveniente de trabalho associativista/cooperativista e a ação de incubação⁵ de empreendimentos solidários presentes no Território Rural do Baixo Tocantins. O comportamento destes em relação ao mercado e as condições desiguais na comercialização do produto: de um lado o empreendimento cooperativista e a fragilidade na formação dos agricultores da região em questão, baseado na auto-gestão e, de outro, a voracidade das empresas capitalistas preparadas tecnicamente para o mercado internacional.

Nesse sentido, objetiva-se uma reflexão sobre as formas de trabalho, relacionando-as com a qualificação profissional e a reestruturação produtiva num cenário de globalização, porém enfatizando as especificações regionais, além de destacar os princípios da Economia Solidária, como via para o ideário do Desenvolvimento Sustentável.

2. Implementar Mudanças e Construir Parcerias

No contexto da economia-mundo, ao serem conectados às redes de poder e riqueza sob a perspectiva dos interesses dominantes, os países fornecedores de matérias-primas sofreram influências em seus processos de desenvolvimento/subdesenvolvimento, e foram também submetidas à lógica da informatização e da globalização (CASTELLS, 1983). Nesta perspectiva, as regiões ou países de economias baseadas na extração de matérias primas, como a amazônica, não só permaneceu dependente econômica e financeiramente como tiveram aperfeiçoado sua submissão ao processo de globalização da economia.

O valor cultural do açaí – agora priorizado como produto econômico capaz de gerar renda para a população local e divisas para o país – enfatiza a necessidade de se compatibilizar as políticas públicas no contexto do desenvolvimento sustentável.

emprego da força de trabalho do pequeno agricultor rural e de sua família: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, ressalte-se que este programa surge, principalmente, por pressões dos sindicatos de trabalhadores rurais.

⁴ Recentemente, com o financiamento para o plantio via PRONAF/BASA estes açaizais naturais vêm recebendo cuidados especiais, ou seja, o manejo Florestal.

⁵ As ações do Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários – PITCES, vinculado ao Centro Sócio-Econômico – CSE da Universidade Federal do Pará – UFPA, direciona-se à inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda; democratização do acesso ao crédito, fortalecimento da agricultura familiar, estímulo do associativismo e do cooperativismo e a organização de negócios com soluções sustentáveis, inclusivas e participativas e, que visa assim, contribuir para melhores condições de vida dos agricultores da região.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



É sabido que nas três últimas décadas e meia, a região amazônica apresenta crescimento econômico, incremento demográfico-populacional e desigualdades sociais nada condizentes com a situação de sustentabilidade preconizada tanto na Agenda 21 como nas metas governamentais que envolvem a política econômica. Nesta direção, leia-se política fiscal, monetária e cambial atreladas às políticas sociais, referentes à educação, saúde, esporte e lazer, o que se coaduna aos princípios constitucionais, inclusive, da eficiência e igualdade entre as diversas regiões (SILVA, 1989).

Marx, diz que: [...] *a partir da proletarização do camponês e da destruição de sua economia natural que se criaram as bases para o desenvolvimento do modo capitalista de produção*. Defini-se assim, o fim da economia natural e a imposição de relações de produção capitalista. No mundo contemporâneo, o trabalhador rural vende sua força de trabalho para o empreendimento agrícola capitalista, o que provoca o seu enfraquecimento e a sua desvalorização social.

Segundo Costa (2005), o que se pode verificar é que as peculiaridades e aptidões da região amazônica não se encontram ainda, incluídas com efetividade na elaboração de macro- políticas. Os investimentos creditícios/financeiros, então enquadrados no PRONAF com recursos do FNO, são os mesmos que atendem às plantações de soja, por exemplo, e que não estão a princípio, identificadas com a região: caracteriza uma monocultura e os estudos científicos não apontam como uma melhor opção para o ecossistema amazônico (FEARNSIDE, 1997); não gera número de empregos significativos para justificar a área cultivada e os lucros, privados, não são logicamente distribuídos, enquanto que o PRONAF destinado ao açaí é distribuído em pequena proporção, sendo manejado pela própria cultura local e beneficia um considerável número de pessoas e famílias.

A experiência histórica em várias regiões de fronteira no mundo evidencia que, sempre que as forças de mercado atuam livremente, os recursos são utilizados de modo predatório, sem consolidar uma estrutura produtiva e sem gerar os benefícios sociais esperados (PINTON & AUBERTIN, 1997). Essa é a lógica do capital e dos processos que levam a sua expansão.

Segundo Simonian (2004), é necessário ampliar as chances de aproveitamento economicamente rentável de atividades tradicionais na Amazônia, bem como dos setores novos que despontam com enorme potencial econômico e que podem desenvolver a “sustentabilidade”, tais como o ecoturismo, biotecnologia e indústria de processamento de produtos da floresta nativa, como matérias primas de natureza alimentícia, têxtil, medicinal ou outras. Sustentabilidade esta, que deve estar pautada no estímulo ao crescimento econômico, à conservação dos recursos naturais e à redução das desigualdades sociais e também ao desenvolvimento humano, que aqui se considera, principalmente pautado pelo bem estar social e redução das gritantes desigualdades sociais.

Nesse sentido, a execução de projetos⁶ vem sendo desenvolvida por meio do Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários – PITCPES/CSE/UFPA e da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas Sobre o Trabalho – REDE UNITRABALHO, como co-executora, desde o

⁶ FINEP, PRONAF, PRONINC



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



ano de 2006, no Território Rural do Baixo Tocantins, mais precisamente nos municípios de Abaetetuba, Barcarena, Cametá e Igarapé-Miri.

Os referidos projetos objetivam a incubação de empreendimentos solidários articulados em redes de comercialização que deverão resultar no fortalecimento da unidade produtiva de beneficiamento de produtos oriundos da cadeia produtiva da fruticultura, na perspectiva da economia solidária e da segurança alimentar e nutricional em busca do desenvolvimento de organizações associativistas com sustentabilidade econômica e social de caráter auto-gestionário, articulado às políticas públicas de geração de trabalho e renda. As ações que foram desenvolvidas buscaram criar alternativas concretas de inclusão sócio-econômica dos trabalhadores por meio do acesso à produção.

Os projetos atingiram diretamente 940 associados/cooperados, de 09 empreendimentos solidários articulados em redes de comercialização, no Território Rural do Baixo Tocantins, no Estado do Pará. Os grupos em processo de incubação são: Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba - COFRUTA, que mantém uma unidade de processamento de polpa de frutas regionais; Associação de Desenvolvimento dos Produtores de Abaetetuba – ADEMPA, que produz e comercializa frutas *in natura* e oleaginosas, a qual mantém estreita rede de produção e comercialização com a COFRUTA; em Cametá, a Cooperativa Agrícola Resistência do Tocantins - CART que trabalha com o açaí *in natura* e com o cacau (*Theobroma grandiflorum*), além destes, a produção de farinha de mandioca; Associação Mutirão, no município de Igarapé-Miri; Cooperativa de Desenvolvimento do Município de Igarapé-Miri – CODEMI; Associação de Mulheres de Igarapé-Miri, que trabalham na produção e comercialização do açaí; Cooperativa de Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Barcarena – COOPEBAB, de produção e comercialização de açaí; Associação Natureza e Arte de Barcarena – Natur'art, que trabalha o artesanato em cerâmica; Associação dos Produtores Rurais de Barcarena – ASPRUB; e Associação de Mulheres do Campo e da Cidade de Barcarena.

A atuação do PITCPES tem como perspectiva dar visibilidade a uma revolução silenciosa que vem alterando concretamente as condições de vida no campo, mostrando que é possível criar alternativas de desenvolvimento diferentemente da trajetória histórica de financiamento do Estado-nação aos grandes projetos, que trouxeram na realidade, a pobreza no campo, ao externalizar os recursos naturais superabundantes que poderiam potencializar dinâmicas produtivas de valorização da vida e não de desterritorialização das riquezas locais para reterritorializá-las em outros países, agregando valor e, conseqüentemente, padrões de vidas estáveis nos países desenvolvidos.

Diante de tudo, a transferência de tecnologia social, tenta contribuir com o processo de organização social dos empreendimentos solidários, bem como, desenvolve ações de capacitação, formação e sensibilização dos grupos, pois é necessário que o grupo acredite na capacidade de transformação de cada um, reconhecendo que todo indivíduo pode adaptar-se a novas experiências e formas de ser e superar situações adversas em direção ao crescimento e desenvolvimento pessoal e social. Contando com a parceria do governo e sociedade, ou seja, os arranjos produtivos locais.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Dessa maneira, apresentar-se-á a seguir uma breve contextualização histórica dos municípios incluídos nos projetos, abordando os recentes estudos sobre o açaí e suas possibilidades, assim como uma abordagem sobre a metodologia de incubação utilizada, visando a articulação de políticas públicas para a agricultura familiar, como implementadora de mudanças para a organização dos agricultores(as) do Território Rural do Baixo Tocantins.

Em termos metodológicos de construção do artigo, buscou-se uma reflexão sobre os ensinamentos de Oliveira (1996) e de Levi-Strauss (1976) para a utilização da observação participante em campo. Utilizou-se, também, o registro fotográfico, na perspectiva de Samain (1999), para a composição do método descritivo e empírico utilizado, na tentativa de complementar a prática de campo.

Os métodos utilizados estão baseados na metodologia de incubação que teve início a partir dos estudos de Paul Singer e da pesquisa-ação de Michel Thiollent, que tem como base a apreensão da realidade social dos agricultores (as) familiares, considerando o caráter cooperativo/associativista dos mesmos.

O processo de incubação tem como pressuposto pedagógico a educação popular, centrada na concepção freireana. Segundo essa perspectiva pedagógica, o processo educativo é realizado a partir do universo do próprio educando, isto é, de palavras geradoras que emergem do cotidiano, as quais passam a fazer parte dos ciclos de debates coletivos, facilitando o aprendizado, ao tratar de questões que tocam a realidade dos pequenos produtores (as) rurais e seus familiares.

Para dar conta da compreensão da realidade local, utilizou-se como base os estudos voltados aos processos de organização, desenvolvimento e trabalho na Amazônia (BARBOSA & SOUZA, 2003). As atividades executadas foram fundamentadas na metodologia de incubação que consiste na transferência de tecnologias para os agricultores familiares de forma coletiva e participativa. Neste sentido, foi direcionada para o fortalecimento dos empreendimentos produtivos familiares, priorizando as atividades de organização, produção e comercialização dos agricultores (as) familiares membros dos empreendimentos comunitários.

Segundo Abramovay (2000), deve-se considerar a proximidade social e a conseqüente coordenação entre os atores sociais, bem mais que as vantagens competitivas para levantamento da existência do capital social fomentado através destas cooperativas, também considerado por Putnam (1993) e Coleman (1990). Considera-se importante assim, a verificação da existência de capital social utilizado como um fomentador da equalização de dilemas da ação coletiva, observada por Putnam (1993). Esta verificação permeia as ações de incubação em quase todos os procedimentos metodológicos.

3. O Território Rural do Baixo Tocantins: história e cultura



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



O Território Rural do Baixo Tocantins paraense, desponta como um dos maiores produtores agrícolas do estado e tal vocação é presente também na organização social, uma vez que grande parte da produção deste município é repassada ao mercado consumidor através de associações e cooperativas de produção.

O município de Abaetetuba fundado em 23 de março de 1883, conta com uma população 129.300 habitantes, sendo 19% analfabetos acima de 15 anos de idade (CENSO, 2000). Trata-se de município com economia ruralizada, com 41% da população residente no campo, ou ainda, devido à composição e situação geográfica, habitando suas ilhas. Teve uma grande produção de cana-de-açúcar (*Saccharum hybridas*) no passado recente, que deixou desestruturado o setor econômico-social do município quando entrou em decadência (ANDERSON, 1991), contando atualmente com uma fábrica de aguardente, que resiste às dificuldades. Após um ciclo de destaque ao palmito, a produção de açaí *in natura*, é o produto que vem se destacando na economia do município.

O Município de Cametá situa-se à margem esquerda do Rio Tocantins, na Mesoregião do Nordeste Paraense e Microregião de Cametá. Tem população estimada em 2006, em 106.814 habitantes e área de 3.122.899 Km². Sua fundação como povoado data do ano de 1620, portanto do Século XVII. De Cametá saíram várias expedições exploratórias, como a de Pedro Teixeira em 1673, que explorou o Rio Amazonas. No começo de século XVIII, verificou-se a mudança da Vila do local onde foi erguida inicialmente, para onde hoje está a cidade, que obteve este status em 21 de Outubro de 1848.

Em 1823, ocorriam no Pará lutas entre nacionalistas e conservadores, pois os portugueses continuavam a assumir os cargos de maior expressão no Governo da Província. Nesse mesmo ano, ocorre um fato que vem acirrar mais ódio dos “nativos” contra os estrangeiros, que teve como principal inspirador o Oficial inglês Greenfel, com as mortes ocorridas no navio “Brigue Palhaço”. Elevando ao auge o descontentamento dos nacionalistas, nascendo assim a Cabanagem, explosão cívica de maior repercussão revolucionária na história da Amazônia e do Brasil Regência.

A cidade de Cametá teve papel destacado, durante todo o Movimento da Cabanagem, tendo sido por um breve período, a sede do Governo da Província. Convém ressaltar que o Município sempre teve destacado papel na história do Pará.

Nas últimas décadas, o município passou por alguns ciclos econômicos típicos da Amazônia. Assim, se favoreceu bastante dos ciclos da borracha (*Hevea brasiliensis*) e do cacau (*Theobroma grandiflorum*) mas o último com bastante importância, foi a época da pimenta-do-reino (*Piper nigrum*), embora não caracterizada como tal. Esses ciclos favoreceram algumas melhorias nas condições de vida da população.

Cametá guarda numerosos episódios da história política do Pará, com ênfase na Cabanagem, e ostenta o dístico de “Terra dos notáveis”, mas mesmo assim, Cametá não alcançou o merecido desenvolvimento e assim como os outros municípios do Território Rural do Baixo Tocantins apresenta baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e as perspectivas de trabalho e renda são reduzidas, pois a economia é baseada no agroextrativismo.

O município de Igarapé-Miri, localizado na Mesoregião do Nordeste Paraense e na Microrregião de Cametá, possui uma área territorial de 1.996,823 km²,



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



uma população de 60.558 (estimativa de 2006), IDH de 0,669 (PNUD/2000), PIB de R\$ 79.029.450,00 (IBGE/2003) e PIB per capita de R\$ 1.388,67 (IBGE/2003). A principal atividade econômica do município é o açaí, sendo por isso mesmo, conhecido como a capital mundial do açaí. A fundação e colonização do Município de Igarapé-Miri é semelhante à dos demais municípios do Baixo Tocantins, tendo sua data de fundação em 16 de outubro de 1843.

Atualmente, o processo de incubação neste município está sendo realizado em quatro empreendimentos: Associação de Mulheres de Igarapé-Miri – ASMIM, Associação Mutirão, CODEMI e CAEPIM, e as ações estão sendo desenvolvidas de acordo com as demandas apresentadas.

O município de Barcarena, situado à margem esquerda do Rio Murucuça e a direita do Rio Pará, até o ano de 1980, era um município totalmente agro-extrativista, sua população em torno de 14.000 mil habitantes, vivia basicamente do extrativismo; do barro para fabricação de cerâmicas; do açaí; do látex da seringa e da pesca artesanal, além de cultura branca para subsistência – milho, arroz, mandioca etc...

Com a construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Tucuruí – UHT, nos anos de 1980, o município entra na rota do desenvolvimento acelerado e desordenado culminando com a implantação do projeto Albrás/Alunorte/Porto de Vila do Conde. A partir de então, os Trabalhadores Rurais e seus familiares sofreram grandes impactos em sua forma orgânica de vida.

As mudanças provocadas pelo desenvolvimento do município de Barcarena com a chegada desses projetos, através das desapropriações sem critérios, sem indenização justa, mudanças bruscas de hábitos e costumes da cultura, levaram muitos pescadores e agricultores das áreas de várzea e de terra firme, extrativistas, a transformarem-se em operários braçais da construção civil absorvidos pelas indústrias para o desenvolvimento de atividades secundárias, ganhando baixos salários. Esses impactos no modo de vida da população ocasionaram um verdadeiro desastre social, econômico, cultural e ambiental.

O sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar, a partir do ano 1985, ciente dos problemas que os afligia, firmou parceria com a Universidade Federal do Pará – UFPA, através do curso de Serviço Social, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará – FETAGRI, Central Única dos Trabalhadores – CUT e Organizações não-governamentais no sentido de capacitar os trabalhadores(as) através de debates, palestras, seminários etc., com o objetivo de promover a conscientização necessária às mudanças na forma da produção rural do município de Barcarena. Mais recentemente, firmou parceria com o PITCPES/CSE/UFPA no sentido de fazer parte das ações de incubação.

Estes municípios localizados na Mesorregião do Nordeste Paraense e na Microrregião de Cametá, além de terem em comum a forma de colonização, apresentam também baixos IDH e os menores PIB per capita do Estado ainda que sejam áreas férteis e de grande produção. Compostos em sua maioria por áreas de terra firme e áreas de ilhas uma vez que está localizado no Estuário do rio Tocantins.

Culturalmente, o açaí é de grande importância para a população local, tendo inclusive sua identidade relacionada ao consumo da fruta que hoje transformou-se em símbolo do Estado como um todo, uma vez que ele além de maior produtor constitui-se



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



também em maior consumidor tendo todo um imaginário já descrito em Andrade (2004). Seu folclore mantém fortes raízes com o período da colonização no século XVII e XVIII.

Os gargalos a serem superados relacionam-se ao desempenho na área da gestão, principalmente para a melhoria das habilidades de negociação e técnicas de venda, pois o processo de comercialização nestes municípios ainda é bastante complexo, sendo considerado como um dos principais entraves junto à falta de recursos dos produtores. Destacam-se, também, as dificuldades de infra-estrutura no transporte que inviabilizam em muito o intuito de se atingir um bom planejamento da produção.

As reivindicações e lutas sociais durante esses anos trouxeram conquistas significativas em relação ao direcionamento de políticas públicas para os agricultores familiares, a exemplo do crédito agrícola. No entanto, é necessário o fortalecimento e a organização dos agricultores(as) familiares de forma participativa e organizada.

A metodologia de incubação buscou a atualização do conhecimento dos participantes em novas tecnologias para a construção de um know-how sobre a gestão participativa da agricultura familiar na perspectiva de estruturação da agroindústria baseada em princípios agroecológicos. A garantia da sustentabilidade sócio-econômico-ambiental é outro eixo central para se estabelecer o diálogo entre os diferentes níveis de formação, instrução e saberes dos participantes, ao se valorizar seus conhecimentos histórico-culturais.

Nos municípios foram realizados diversos cursos de capacitação no intuito de munir os cooperados/associados dos empreendimentos com conhecimentos sobre comercialização e mercados, gestão e planejamento, contabilidade, e manipulação de alimentos. Assim, a capacitação/formação e a assistência técnica propostas pelas ações de incubação, tornaram-se um momento de reflexão coletiva, em que a participação de todos favoreceu a construção de conhecimento básico sobre as temáticas acima, tendo em vista a melhoria do desempenho da economia rural, como meio de fomentar a produção de excedentes para combater a fome e, ao mesmo tempo, potencializar a geração de trabalho e renda, garantindo, assim, a permanência dos agricultores(as) familiares no campo.

Sendo assim, o acompanhamento técnico teve como principal objetivo contribuir para a organização sócio-política e para o trabalho coletivo nos empreendimentos, bem como proporcionar as condições necessárias para a sustentabilidade sócio-econômica na perspectiva da economia solidária, sobre os princípios do cooperativismo, possibilitando, assim, a organização social de sujeitos da agricultura familiar na busca da melhoria da qualidade de vida, tendo em vista o combate as desigualdades sócio-econômicas e político-culturais.

Nesse sentido, a partir das mudanças ocorridas no processo de organização e gestão dos empreendimentos solidários das parcerias que foram estabelecidas, pode-se inferir que a organização dos trabalhadores(as) rurais, sob forma de trabalho coletivo, possibilitou o acesso a tecnologias, financiamento público para pequenos agricultores familiares e favoreceu a criação de uma rede de negócios em escala ampliada, visando dar sustentabilidade econômica, social e ambiental aos empreendimentos solidários e ao processo produtivo estabelecidos em regiões como a Amazônia, particularmente, o Território Rural do Baixo Tocantins.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Como exemplo, pode-se citar os processos que visaram a melhoria da COFRUTA em seus aspectos de produção e gestão, dadas pelas ações do PITCPES, que se encontraram e complementaram-se com os objetivos da Estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS do Banco do Brasil, ou seja, a inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda, democratização do acesso ao crédito, fortalecimento da agricultura familiar, estímulo ao associativismo/cooperativismo e a organização de negócios com soluções sustentáveis, inclusivas e participativas que vem contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores da região.

Tais mudanças representam importantes avanços em termos de articulação institucional e programática nos níveis municipal, estadual e federal ao integrar e promover a mobilização de políticas públicas alinhadas ao desenvolvimento local sustentável.

No que diz respeito ao desenvolvimento local pode-se destacar que há uma efetiva participação das redes técnicas, políticas e institucionais na produção de uma dinâmica potencializada pelos empreendimentos solidários. Isso pode ser caracterizado como uma estratégia de inovação, nas quais formas de cooperação e integração das cadeias produtivas e das redes sociais desenvolvem-se, ampliando oportunidades para geração de trabalho e renda.

Para Silva (1985), um fator importante para o desenvolvimento da agricultura é a implementação da inovação tecnológica na agricultura. Entretanto, esse mecanismo não é suficiente para captar o desenvolvimento da mesma e suas relações com a sócio-economia.

Dessa maneira, novas formas de organização e gestão de empreendimentos solidários indicam a construção de um novo processo de desenvolvimento rural, cuja sustentabilidade depende da capacidade dos trabalhadores(as) rurais em planejar a intervenção na realidade local, de modo a possibilitar a implementação de ações na perspectiva do desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável. Assim, as formas de organizações sociais e da produção, por meio de associações/cooperativas, têm ganhado força quando se apresentam como alternativas de trabalho e renda.

A estratégia da economia solidária, nesse sentido, se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção capitalista.

Conforme afirma Monteiro (2003, pág. 13):

Enquanto fator de gestão, observa-se o caráter econômico e teórico desses empreendimentos autogestionários. Assim, não se pode esquecer que, seja uma cooperativa, uma associação de produtores, um empreendimento familiar, uma micro-empresa, etc., o empreendimento vai estar inserido no sistema capitalista e precisará sobreviver nele, sem, contudo, trilhar o mesmo caminho que este sistema segue, tanto no que diz respeito ao seu padrão de acumulação, quanto nos elementos que vão levar a um processo de heterogestão do empreendimento. Construindo-se dentro de novos princípios e valores, deve este ser pautado pelos fundamentos da decisão democrática e coletiva, mas também da distribuição igualitária da renda gerada no referido empreendimento solidário.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



A economia solidária é um valioso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta como alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, demonstrando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana. A economia solidária é, também, um projeto de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, a justiça econômica e social e a democracia participativa. Assentada em redes de colaboração solidária entre os diferentes setores da sociedade organizada, ela exige o compromisso dos poderes públicos com a democratização do poder, da riqueza e do saber, e estimula a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania, exercendo sua soberania por meio da democracia e da gestão participativa (ARRUDA, 2001).

4. Considerações Finais

Os dados levantados apontam que na região, desde 1990, houve um processo de formação educacional para atividades sindicais e de organização da produção, bem como, a inserção de financiamento para desenvolvimento da agricultura em terra de várzea, uma vez que a partir da pressão e da organização dos trabalhadores rurais, em 1989 foram criados os fundos constitucionais para as diferentes regiões do país, possibilitando assim, o surgimento de programas de financiamentos de segmentos de pequena produção agrícola das regiões consideradas menos favorecidas do país. Torna-se pertinente destacar que tais programas ressentem-se de pesquisa prévia para embasar consistentemente, um diagnóstico sócio-econômico e ambiental para nortear as ações nas diferentes regiões e suas particularidades; com a falta desta ação, houve um redimensionamento para outras práticas que não correspondiam à realidade; assim, realizaram-se práticas de cultivo agrícola em terras impróprias; devastação da floresta com a implantação de práticas de monocultura, via subsídios; a falta de assistência técnica própria e eficaz, entre outras práticas. As cooperativas vêm ganhando mercado na comercialização de polpa de frutas regionais, com destaque para o mercado dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro e pretende alcançar novos consumidores de outros estados do país e até mesmo do exterior.

A gestão democrática se assim se reconhece, necessita transpor os princípios básicos do desenvolvimento sustentável – eficácia, valorização da diferença e a parceria entre governo e sociedade para os lugares, na valorização da diferença e na distribuição do produto social.

Dispondo de crédito, assessoria no aspecto gestão e a transferência de tecnologias propostas pelos Programas de incubação com base nos princípios norteadores da Economia Solidária, a agricultura familiar apresentaria resultados positivos quanto à sustentabilidade ecológica, econômica e social de forma diferente do atual quadro, como resultado da mobilização, articulação e organização do capital social presente na região.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Torna-se necessário planejamentos mais apropriados seja na elaboração, seja na implementação, articulando ações para resultados concretos das macro-políticas que visam o desenvolvimento regional. O que se verifica na Amazônia, desde os primeiros esboços de planejamento para a mesma, seja para obtenção de divisas para o país, seja na consecução de políticas setoriais como as que se implantaram através dos planejamentos nos governos militares para a Amazônia já foram implementadas. Existe a necessidade concreta de respeitar suas particularidades. Pois no Território Rural do Baixo Tocantins os municípios aqui evidenciados localizam-se a jusante da Barragem da UHT, Barcarena é o município onde localiza-se o complexo Albrás/Alunorte e o Porto de Vila do Conde, Cametá sofreu sérios prejuízos na cultura halieutica, Igarapé Miri

Sendo assim, o acompanhamento dos empreendimentos solidários por meio das ações de incubação vem objetivando principalmente contribuir para a organização sócio-política para o trabalho coletivo, bem como proporcionar as condições necessárias para a sustentabilidade sócio-econômica na perspectiva da economia solidária sobre os princípios do cooperativismo, possibilitando assim, a organização social de sujeitos da agricultura familiar na busca da melhoria da qualidade de vida, tendo em vista o combate as desigualdades sócio-econômicas e político-culturais.

As dificuldades encontradas por esses trabalhadores referem-se à falta de acesso à políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento local sustentável, tais como o crédito, a assistência técnica, serviços voltados à comercialização e infraestrutura como a melhoria das estradas vicinais e do transporte rodo-fluvial, além das questões relacionadas ao baixo nível de escolaridade.

No processo de melhoria do processo produtivo e estrutura administrativa destas cooperativas, a geração de trabalho e renda é uma das demandas, portanto, a economia solidária é requerida como alternativa, uma vez que emprego formal, geralmente ocorre nestes municípios, oriundos do estado e do município, que ainda assim, não é suficiente. A economia dos municípios em questão fundamenta-se na pesca e na agricultura.

Observando a prática de comercialização do açaí, através das ações de incubações de cooperativas populares e empreendimentos solidários (ITCPES), que tem como linha de ação a replicabilidade dos conhecimentos adquiridos na academia, objetiva-se uma reflexão sobre as formas de trabalho, relacionando-as com a reestruturação produtiva num cenário de globalização. Neste sentido, enfatizam-se as especificações regionais no ideário de desenvolvimento sustentável.

5. Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. Economia Aplicada – volume 4, nº 2, abril/junho 2000 – no prelo.

AGENDA 21. *A caminho da Agenda 21 Brasileira*. Ministério do Meio Ambiente dos Recursos hídricos e da Amazônia Legal. Princípios e ações. Brasília. 1997.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



- ANDERSON, S. D. *Engenhos na várzea: uma análise de declínio de um sistema de produção tradicional na Amazônia*. In: LENA, P.; OLIVEIRA, A. E. de. (Org). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. p. 101-121. (Coleção Eduardo Galvão).
- ANDRADE, Lúcia C. G. *Gestão Ambiental e políticas públicas para o açaí: experiência na ilha Trambioca, Barcarena/PA*. Belém, 2004 56 f. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental. Núcleo de Meio Ambiente – NUMA – Universidade Federal do Pará, 2004).
- ARRUDA, Marcos. *A Nova Economia: Transformações no Mundo do Trabalho e seu Futuro*. PACS, Rio de Janeiro, 2001.
- BRASIL. *Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR*. Decreto nº. 6.047 de 22 de fevereiro de 2007. Brasília.
- COSTA, F. de A. *Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na Região Norte: contexto e impactos*. In Revista NAEA, 2001. V.4, Nº 1, p. 73-102. Belém-PA.
- _____. *Racionalidade Camponesa e Sustentabilidade: Elementos teóricos para uma pesquisa sobre a agricultura familiar na Amazônia*. In Revista NAEA, 1994, Nº 1, p. 5-48. Belém-Pa.
- COLEMAN, James S.– *Foundations of Social Theory* – The Belknap Press of Harvard University Press – Cambridge, Londres. 1990.
- DECRETO LEI Nº 1946/96. *Que institui o PRONAF*.
- FEARNSIDE, P. M. *Serviços ambientais como estratégia para o desenvolvimento sustentável na Amazônia rural*. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento e política de governo: bases para a construção de uma sociedade sustentável no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997. p. 314-344.
- JARDIM, Mario Augusto Gonçalves. *Pesquisas com a palmeira açaí (Euterpe oleracea Mart) no Museu Paraense Emílio Goeldi*. In: JARDIM, Mário Augusto Gonçalves; MOURÃO, Leila; GROISSMAN, Monika (Org.). *Açaí: possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário Amazônico*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004. p. 79-99. 279 p. Ilustrado. (Coleção Adolpho Ducke).
- LEVI-STRAUSS, Claude. *A Ciência do concreto*. In: *O pensamento Selvagem*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1976. P. 19-55.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Um diário no sentido estrito do termo*. Tradução de Celina Cavalcante Falck. São Paulo. Editora Record, 1967. P. 15-35.
- MARX, Karl. *O Capital – Crítica da economia política*. 3ª edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1975. Livro I, vol 1.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – Secretária de Desenvolvimento Territorial – Sistema de Informação Territorial, 2008. Disponível em www.mda.gov.br
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O trabalho do antropólogo: olhar, escutar, escrever*. Revista de Antropologia. São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-36, 1996
- PARÁ. Lei Nº. 6.413, de 29 de novembro de 2001 [*Torna o açaí a bebida símbolo do estado*]. Belém: Assembléia Legislativa, 2001.
- PARÁ. Lei Nº. 5.887, de 09 de maio de 1995 [*Lei Ambiental do Estado do Pará*]. Belém, 1995.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



- PINTON, Florence; AUBERTIN, Catherine (Org.). *O extrativismo entre conservação e desenvolvimento*. In: Faces do tropico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: NAEA-UFPA, 1997. p. 263-284.
- PUTNAM, Robert D.. *Comunidade e Democracia – A experiência da Itália Moderna* – Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.1993/96.
- ROGEZ, Hervé. *Açaí: preparo, composição e melhoramento da conservação*. Belém, PA: EDUFPA, 2000.
- SAMAIN, E. “Ver” e “dizer” na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 19-49, 1995.
- SILVA, Aluízio Tadeu Marques da. *A questão regional amazônica. Estudos e Problemas Amazônicos*. Belém: Secretaria de Estado de Educação – SEDUC/ Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará – IDESP, 1989. p. 205-208.
- SILVA, José Graziano. *Mas, qual reforma agrária?*. Revista Reforma Agrária. Campinas: ABRA, 1985.
- SIMONIAN, Ligia T. L. *Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva*. In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L. T. L.; FENZL, N. (Org.). Estado e políticas públicas na Amazônia. Belém: CEJUP, 2000. p. 9-53.
- _____. (Org.). *Gestão em ilhas de muitos recursos, história e habitantes: experiências na Trambioca (Barcarena, PA)*. Belém: NAEA/UFPA; CNPT/IBAMA-PA, 2002. (Laudo produzido para o encaminhamento de solicitação ao IBAMA de criação de RESEX na ilha).